

Docentes pela Liberdade (DPL): educação e políticas à direita para um consenso liberal e conservador no Brasil sob o governo Bolsonaro

Jefferson Rodrigues Barbosa

Universidade Estadual Paulista
Marília - São Paulo - Brasil
jefferson.barbosa@unesp.br

Resumo: Os Docentes pela Liberdade (DPL) são um instrumento na luta por novos consensos e para a construção de condições para hegemonia do governo de Jair Bolsonaro. A fundação desta organização e a atuação dos seus intelectuais são novos elementos no triste cenário da conjuntura política brasileira. O DPL é um instrumento de mobilização de quadros em apoio ao governo federal e para a formação de uma opinião pública alinhada as propostas de Bolsonaro para as políticas públicas para educação. As evidências estudadas nesta pesquisa sugerem que é uma organização criada por iniciativa de militares e civis, articulados ao atual governo federal. E, foi estruturada para atuar e colaborar no desenvolvimento de condições para uma reforma administrativa e curricular no âmbito do Ministério da Educação e das instituições de ensino, fundamentada numa perspectiva conservadora, liberal e antidemocrática. O artigo tem o objetivo de entender as finalidades da organização, a atuação e a ideologia do DPL. Articulando no âmbito da ciência política a análise de fontes primárias com fundamentos categoriais de A. Gramsci. Os resultados alcançados nesta investigação apontam elementos da caracterização da agenda política do DPL e a função social que busca desempenhar na atual conjuntura, em detrimento de pressupostos científicos e democráticos, nas instituições de educação e pesquisa no Brasil.

Palavras chave: Docentes pela Liberdade. Bolsonaro. Brasil. Política contemporânea. Gramsci.

Introdução

No campo dos estudos críticos sobre as direitas, suas ideologias e organizações, os denominados “Docentes pela Liberdade” (DPL) apresenta-se como relevante objeto de estudo. Sobretudo por ser uma evidência material e concreta de que ele é um instrumento de mobilização e formação de opinião pública alinhado a agenda política do governo Bolsonaro.

O grupo é entendido e estudado neste artigo segundo formulações de algumas categorias de Antônio Gramsci, pois, são aqui entendidos como intelectuais que numa guerra de posição buscam formar novos consensos na intenção de influenciar a opinião pública para a construção de condições de hegemonia do atual governo defendendo pressupostos que colaboram com a agenda política regressiva em pauta. Assim, são compreendidos como uma associação civil com fortes vínculos na sociedade política.

A metodologia estabelecida na análise aqui desenvolvida segue as orientações do Caderno 3, § 49 (Edição brasileira) dos Cadernos do Cárcere (2004) quando Gramsci desenvolve fundamentos do que denominou de “Temas de Cultura. Materiais ideológicos”.

Os “materiais ideológicos” são entendidos como as estruturas materiais que possibilitam desenvolver e manter a difusão de concepções ideológicas através de meios que influenciam a já mencionada opinião pública. Seguindo estes pressupostos, o estudo da imprensa, das editoras e dos jornais apresentam-se para o autor como um método analítico que auxiliam na compreensão do que ele denomina como “forças ativas numa sociedade”.

Apesar da satisfação em articular conceitos gramscianos no campo de pesquisa da Ciência Política aplicada a análise de um objeto contemporâneo da sociedade brasileira, o método proposto exige, entretanto, do pesquisador (e do leitor) o esforço (nem sempre agradável) da leitura e cruzamento de dados resultantes de publicações oficiais, reportagens e entrevistas, muitas delas da grande imprensa e dos canais oficiais de comunicação e propaganda do objeto em análise. Justifica-se assim neste texto as várias citações do site oficial do DPL, de jornais que fizeram cobertura sobre suas atividades e trechos de entrevistas ou pronunciamentos de seu fundador e militantes. Devido a novidade do tema, uma organização fundada recentemente, e, a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, esta pesquisa privilegiou a análise destas fontes primárias que foram fundamentais para a execução desta investigação.

Neste sentido, este breve estudo tem a pretensão de ser um instrumento para uma melhor compreensão das origens e intenções dos “Docentes pela Liberdade”. Entendidos aqui como uma organização que defende os interesses dos interesses do atual governo nas suas ações de desmantelamento das políticas públicas para a educação no Brasil.

Entender como surgiu o DPL e suas concepções são pontos e informações importantes para o entendimento e contraposição a esta organização. O objetivo desta análise, ainda que introdutória, é sistematizar dados sobre o DPL e articular alguns conceitos do campo da ciência política para que este objeto possa ser compreendido, em suas origens e finalidades, diante da atual conjuntura de retrocessos que avassala o país.

A hipótese aqui levantada é que o DPL é uma organização criada por iniciativa de militares e civis, articulados ao governo Bolsonaro, estruturada para atuar no campo da cultura e desenvolver condições para reforma administrativa e curricular no âmbito

do Ministério da Educação e das instituições de ensino, fundamentada numa perspectiva conservadora, liberal e antidemocrática, como sugerem as evidências levantadas pelas fontes primárias analisadas.

A preocupação central que motivou a pesquisa e a redação deste artigo é que o DPL está recrutando e organizando professores para seus embates e ambições, alinhados ao atual governo federal, e, servindo aos seus interesses de grupos empresariais que buscam espaços (e a privatização) nas instituições públicas de ensino e pesquisa.

O DPL é aqui entendido como um aparelho privado de hegemonia¹, assim, este artigo enfatiza que são uma associação civil composta por intelectuais, no sentido gramsciano do termo, pois buscam exercer uma função diretiva e organizativa na intenção de influenciar a opinião pública no debate sobre educação e políticas públicas.

DPL: dados sobre sua fundação, membros e princípios, divulgados no site oficial e na imprensa

O que podemos supor de uma organização autodenominada “Docentes pela Liberdade”? Liberdade para a pesquisa e ensino sob um viés científico e para o exercício do pensamento crítico? A defesa de princípios constitucionais e da legislação que orienta o direito de professores a aplicar saberes no exercício da atividade profissional, garantido pela Constituição Federal (art. 206) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 2º, incisos II, III, IV, XI e XII)? As fontes primárias analisadas evidenciaram que não.

¹ Aparelho Privado de Hegemonia é uma categoria profícuca que aparece já no “Primeiro Caderno” como forma de domínio das classes no poder. No CC 1, § 47, Gramsci (2004, p. 119) afirma; “O Estado tem e pede consenso, mas, também “educa” este consenso através de associações políticas e sindicais que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa da classe dirigente”. A terminologia “aparelho hegemônico” aparece já no Caderno 1, § 48 articulada a categoria de “opinião pública’ como uma estrutura complexa de aparelhos que exercem influência na “sociedade civil”. Já no Caderno 6 o autor da Filosofia da Práxis afirma; “Assinalei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo — natural e contratual ou voluntário —, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo (GRAMSCI, 2004, p. 253.) Para Gramsci, os Aparelhos Privados de Hegemonia são “sociedades particulares” articuladas as estruturas governamentais. Por fim, Caderno 10, § 12 são estes entendidos como criadores de “novos terrenos ideológicos”; A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, [...]”. (GRAMSCI, 2004, p.157-158). Para uma exposição didática desta categoria ver: HOEVER, 2019.

Fundado em 13 de maio, de 2019, início do primeiro ano de gestão do atual governo federal, a principal característica ideológica dos DPL é a defesa de uma educação à direita, com fundamentos conservadores e liberais.

O DPL se apresenta em seu site como “um grupo apartidário”, formado por docentes e profissionais de diversas áreas, cujo interesse é recuperar a “qualidade da educação no Brasil”, romper com a hegemonia da esquerda e combater a “perseguição ideológica”.

O DPL - Docentes Pela Liberdade, surgiu em 13 de maio 2019, com o objetivo de reunir professores de instituições de ensino superior públicas e privadas do Brasil, bem como professores e estudantes de escolas, em prol da liberdade nos ambientes acadêmico e escolar brasileiros. Pessoas ao redor do país se identificaram com os relatos de perseguições, disputas por postos de poder, e puderam ver que não estavam sozinhos em suas inquietações. Finalmente, em 04 de julho de 2019, foi realizado o primeiro congresso do DPL, sob o título: Liberdade Acadêmica e Econômica: a “fórmula” para o desenvolvimento nacional. Este evento ocorreu em Brasília, no auditório da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da UnB. E na cidade de Cuiabá-MT, simultaneamente, este evento ocorreu no Auditório Licínio Monteiro, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, contando com uma mesa redonda intitulada: A Inovação no Pensar e Agir na Educação. A partir de então, o DPL se consolidou e tornou-se um espaço de debates e formulação de políticas públicas para o sistema de ensino em todo o Brasil. [...]O DPL propõe a renovação do ambiente acadêmico, para que este esteja capacitado a formar bons profissionais e não militantes, bem como a trazer boas ideias para o cenário produtivo nacional, e assim colaborar para tornar o Brasil um país desenvolvido e bem-educado. Busca, ainda, o desenvolvimento do País pela incorporação de uma mentalidade de abertura de mercado, exploração sustentável das riquezas naturais do país, pelo apoio ao empreendedorismo e pela eficiência administrativa.

Somos um grupo de docentes e simpatizantes de todos os estados do Brasil, unidos pela ideia da liberdade com responsabilidade, em oposição ao patrulhamento ideológico, nas instituições de ensino (DPL, 2020a, [s/p.]).

Na primeira página do site são apresentados os nomes que compõe atual direção nacional da organização, com a identificação de seus integrantes e instituição universitária que atuam. Inclusive, entre seus dirigentes, fundadores, professores da instituição do autor deste artigo (infelizmente, pois, são inimigos da universidade pública).²

² DPL. DIRETORIA NACIONAL. Diretoria Nacional – DPL, eleita para 18/10/2020 a 18/10/2021. Presidente, Prof. Ebnézer Maurílio Nogueira da Silva, Brasília-DF; Vice-Presidente, Prof. Carlos Adriano Ferraz, Pelotas-RS; Diretor Administrativo, Prof. Kin Shung Hwang, Rio de Janeiro-RJ; Diretor de Finanças, Prof.^a Ana Lucia Carvalho de Araújo, Brasília-DF; Diretor de Relações Institucionais, Prof. Marcelo Hermes Lima, Brasília-DF; Conselho Fiscal: Prof. Amílcar Baiardi, Salvador-BA; Prof. Alexandre Paulo Machado, Cuiabá-MT; Prof. Rafael Jose de Menezes, Recife-PE.

Diretoria DPL, eleita para 18/10/2019 a 18/10/2020. Diretor Presidente, Prof. Marcelo Hermes Lima, Brasília-DF; Diretor Vice-Presidente, Prof. Ebnézer Maurílio Nogueira da Silva, Brasília-DF; Diretor Secretário Geral, Prof. Laércio Fidelis Dias, Unesp, Marília -SP; Diretor de Finanças e Patrimônio, Prof. Peterson D. Machado Gonçalves, Brasília-DF;

No seu site está disponibilizado o formulário para inscrição para novos membros, os critérios para que o docente possa participar, assim como, informações sobre contribuições financeiras e valores pagos pelos associados do DPL³.

Na página inicial do site Docentes pela Liberdade são explicitados os princípios que orientam a organização fundada em 2019 pelo professor de do curso de Biologia da UNB, Marcelo Hermes Lima. As normas e finalidades da organização registrada como Associação Civil estão sistematizadas em seu Estatuto que pode ser acessado no site oficial.

Art. 1º- A Associação Docentes pela Liberdade, também designada pela sigla “DPL”, constituída em 18 de outubro de 2019, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado e reger-se-á por este Estatuto (DPL, 2020d, [s/p.]).

Na primeira página de seu site os princípios da organização são apresentados reproduzindo trechos e conteúdos do Estatuto. Ao acessar, pode-se observar como um dos primeiros elementos a afirmativa: “Nossa identidade”, onde são apresentadas menções a “missão, visão, valores e metas” deste grupo:

Metas como deverá ser a atuação do DPL nos próximos anos:
1 – Revisão da grade curricular, enfatizando a demanda do mercado, o auto pertencimento e a prosperidade dos indivíduos;
2 – Desconstrução das metanarrativas de esquerda. Isso significa elaborar materiais didáticos menos ideológicos e mais condizentes com a realidade;
3 – Ampliação das vias de financiamento privado para Pesquisas e Desenvolvimento no âmbito da academia;
4 – Reaproximação da academia com as reais necessidades nacionais. As Universidades existem para servir à sociedade e não o contrário (DPL, 2020e, [s/p.]).

O discurso do DPL sustenta elementos argumentativos na defesa de um modelo de educação que merece ser aqui enfatizado para que se entenda sua identidade. Assim

Diretor de Comunicação, Prof. Alexandre Barbosa Andrade, Belo Horizonte - MG; Conselho Fiscal: Prof. Amílcar Baiardi, Salvador - BA; Prof. Alexandre Machado, Cuiabá-MT; Prof. Rafael J. de Menezes, Recife-PE. Disponível em: <https://dpl.org.br/>. Acessado em: 16 mar. 2021.

³ DPL. FORMULÁRIO DE ADMISSÃO. Docentes pela Liberdade I - o valor mensal da contribuição por cada associado, sem desconto, será de R\$ 40,00 (quarenta reais). II - O valor mensal da contribuição, poderá ser reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), no caso de um pagamento de 3 (três) parcelas, no valor total de R\$ 90,00 (noventa reais). III - o valor mensal da contribuição, poderá ser reduzido em 29% (vinte e nove por cento), no caso de um pagamento de 6 (seis) parcelas, no valor total de R\$ 170,00 (cento e setenta reais). IV - O valor mensal da contribuição, poderá ser reduzido em 31% (trinta e um por cento), no caso de um pagamento de 12 (doze) parcelas, no valor total de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais). DPL - Docentes Pela Liberdade CNPJ: 35.654.954/0001-00 Atenciosamente, Prof. Peterson Dayan Diretor de Finanças do DPL. Disponível em: <https://dpl.org.br/>. Acessado em: 16 mar. 2021.

como, seu homólogo, o movimento “Escola sem Partido” (BARBOSA, 2020), a organização DPL se propõe a vigiar, denunciar e combater concepções contrárias aos valores liberais e conservadores, na defesa de uma suposta “educação neutra” voltada aos “interesses do mercado”. Colocando-se como um polo catalizador de professores, incitando-os para denúncias contra seus adversários.

No site do DPL no link; “Missão” são explicitados elementos aparentemente defensáveis por qualquer educador. Entretanto, no item; “Denúncias”, um elemento importante da função social desta organização antidemocrática é colocado, semelhante como apontado, ao “Movimento Escola Sem Partido”.⁴

Missão: Potencializar as ferramentas educacionais, filosóficas, científicas, artísticas e da alta cultura, a fim de criar condições para trabalhar com liberdade, segurança jurídica, e desenvolver o país. Visão: Ser um polo catalizador dos melhores cérebros do país, com respeito ao ser humano, liberdade e justiça, para alcançar os melhores patamares de desenvolvimento mundial. Valores: Compromisso com a verdade. Liberdade individual com responsabilidade. Transparência, eficiência e efetividade. Educação de nível internacional.

Denúncias. Temos um corpo jurídico formado por Juizes, Promotores, Procuradores, Professores e Advogados atuando em todos os Estados brasileiros. Se você foi perseguido, ofendido ou atacado, por ter seus posicionamentos de maneira diversa ao que a esquerda prega, nos procure que nós iremos te ajudar (DPL, 2020e, [s/p.]).

Na imprensa brasileira, sobretudo nos canais de comunicação ligados a posições mais à direita, o DPL ganhou apoio. O jornal Gazeta do Povo, que se coloca em apoio ao atual governo, trouxe uma oportuna reportagem para as finalidades desta pesquisa, auxiliando na compreensão dos elos entre a origem, as finalidades e a estrutura que possibilitou a organização do DPL.

Em “Perseguidos pela esquerda, professores criam associação para defender a liberdade no ensino” (CORDEIRO, 2019, [s/p.]), o artigo traz dados reveladores que trazem indícios de que o DPL foi uma iniciativa de militares e civis para ações dentro das instituições de ensino e pesquisa alinhadas ao atual governo federal. Sobretudo na Universidades Públicas, organizando professores bolsonaristas e proporcionando suporte para a ingerência e disputa não somente no campo da cultura, ideias e concepções teóricas, mas, também concorrendo a reitorias e ocupando postos administrativos no governo, sobretudo MEC, Capes e CNPq.

⁴ “Defender uma escola sem partido ou sem ideologia é defender uma educação despolitizada que esconde a política mais conservadora que se possa imaginar porque, em nome da neutralidade do conhecimento, se apresenta a seletividade de caráter político conservador. Todo o material que serve para formar o aprendiz tem conteúdo ideológico e tudo o que se diz ilumina e esconde, ao mesmo tempo, a realidade abordada” (SCHLESENER, 2016, p. 174).

Segundo o referido jornal; “O grupo ‘Docentes pela Liberdade’ reúne quase trezentos profissionais, de 22 estados e o DF, em torno de pautas de direita, especialmente dentro das universidades [...] Todos eles compartilham a maneira de pensar: são conservadores. A maioria se sentia isolada em seus ambientes acadêmicos que, em geral, dizem eles, favorecem as pautas e a ideologia de esquerda” (CORDEIRO, 2019 [s/p.]).

Na reportagem são apresentadas informações relevantes sobre como surgiu o DPL, com dados fornecidos pelo fundador e líder da organização, Marcelo Hermes Lima, em entrevista ao referido jornal Gazeta o Povo. Esta citação é importante:

[...] em 2018, foi convidado a prestar consultoria para a equipe de campanha do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL). “Comecei a participar de reuniões com o general Souto”, ele explica, fazendo referência ao autor do plano de campanha para a área de educação, o general da reserva Aléssio Ribeiro Souto. “Ele me dava missões difíceis, queria um panorama das universidades brasileiras, do financiamento, dos alunos, dos professores. Comecei a chamar amigos para ajudar na pesquisa. Se não fosse o general Souto, esse grupo não teria nascido”. Um dos interlocutores dessa época foi Ricardo da Costa, historiador especialista em Idade Média e professor da Universidade Federal do Espírito Santo. “Estou com o Marcelo desde a fundação do grupo e sou um dos primeiros professores federais que fez parte do Escola sem Partido, há mais ou menos 18 anos”, diz Ricardo da Costa (CORDEIRO, 2019 [s/p.]).

O ativismo da organização tem proporcionado resultados, utilizando grupos de WhatsApp, e, outras redes sociais, como Instagram, Twitter e com um canal no YouTube utilizando através de seu site ferramentas para divulgação e filiação, divulgando materiais de apoio em artigos e documentos, ele colocou em contato profissionais de diferentes áreas de conhecimento, de todas as regiões do Brasil. “O grupo Docentes pela Liberdade foi organizado a partir da combinação de vários grupos de WhatsApp, com professores do Brasil inteiro”, explica Ricardo da Costa. Ricardo da Costa é docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e foi ex-assessor especial do ex-ministro Véliz Rodríguez no MEC, continuando após Abraham Weintraub assumir como segundo Ministro da Educação;

[...] a medida em que se organizaram, os professores encontraram o nome definitivo. Agora, trabalham no próximo passo, sugerido por Rafael de Menezes, professor de direito civil da Universidade Católica de Pernambuco e juiz da 8ª Vara Cível de Recife: o grupo está se transformando numa associação, com membros pagando mensalidade, site oficial e diretoria. [...] “Conheci o grupo através das postagens no Facebook do professor Marcelo Hermes”, explica o juiz. “Sua importância é arejar o ambiente acadêmico com um viés simpático ao empreendedor. Nós professores, como formadores dos jovens, precisamos destacar a herança recebida do capitalismo que em dois séculos garantiu dois direitos humanos fundamentais: saúde e vida”. Atualmente, além de professores de diversas instituições, participam do

“Docentes pela Liberdade” um reitor, pessoas ligadas ao Ministério da Educação e quatro brigadeiros do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (CORDEIRO, 2019 [s/p.]).

A reportagem traz informações relevantes sobre a atuação do professor Hermes-Lima na organização de professores apoiadores do atual governo, dando suporte a candidaturas para reitorias em instituições federais, algumas das quais propiciadas pela intervenção do governo federal, com imposição de reitores que não foram eleitas por suas comunidades acadêmicas. Como no caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (RODRIGES, 2019) e da Universidade Federal da Grande Dourados (ANDES, 2021).

Neste início do ano de 2021 já se somam mais de vinte instituições de ensino superior sob intervenção do governo Bolsonaro e do Ministério da Educação (MEC), são interventores para as reitorias das instituições, para indicação de nomes que não estavam em primeiro na lista tríplice ou no processo de escolha nas instituições por suas comunidades acadêmicas (ANDES, 2021, [s/p.]).

A organização DPL tem papel ativo nestas intervenções antidemocráticas e autocráticas na universidade pública brasileira. Como comprovam os dados obtidos através da análise das fontes primárias investigadas nesta pesquisa.

O assalto às instituições públicas: guerra de posição

A categoria gramsciana de *guerra de posição* pode ser aqui aplicada para pensarmos o aparelhamento destes *intelectuais* conservadores e liberais alinhados ao governo Bolsonaro. As categorias gramscianas serão destacadas nas seções em itálico aos serem referenciadas.

Nas *relações de força* entre grupo políticos e as tendências ideológicas que compõem os quadros de integrantes do governo federal nas instituições públicas em âmbito federal como o MEC, por exemplo, é evidente o objetivo de reorganizar e reformular as orientações das políticas públicas para a educação no Brasil no intento de criação de um novo *terreno ideológico* através de *aparelhos hegemônicos* que sustentem condições para a reorganização de quadros administrativos que executem a agenda política de Bolsonaro.

O verbete *guerra de posição* do dicionário gramsciano ilustra de forma mais didática este fundamento teórico interpretativo:

[...] No parecer de Gramsci, é a sociedade civil (parte do “Estado integral”) a constituir o terreno de choque político-militar no qual as classes põem em ato as respectivas relações de força. O objetivo deste choque é a construção, ou transformação de “um aparelho hegemônico, que, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento. [...] A noção de guerra de posição interage diretamente com as principais categorias do pensamento político gramsciano, caracterizando seus momentos essenciais e orientando sua análise histórica, a partir do conceito de “hegemonia”, resultado de uma ação intelectual, moral e política dos dirigentes sobre os dirigidos [...] (CICCARELLI. 2017, p. 359-360).

A reorganização das condições para obtenção e manutenção *da hegemonia* política exige a atuação dos *intelectuais* na ocupação de espaços da *sociedade civil* e da *sociedade política*.

Os bolsonaristas seguem a orientação de uma reorganização das instituições e das orientações ideológicas para a política educacional brasileira à direita da direita.

O Ministério da Educação é um exemplo ilustrativo. Desde a nomeação do primeiro-Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez a influência de concepções conservadoras nos costumes e de valores e liberais na economia são as diretrizes.

Vélez Rodrigues é autor de vários livros sobre educação fundamentos no conservadorismo. Indicado por Olavo de Carvalho para ser Ministro do MEC, ele é formado em filosofia e teologia. Professor universitário, defensor do movimento Escola Sem Partido e da Ditadura Civil Militar, ao qual denomina como “Revolução de 1964”, ele colaborou com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como redator da revista Convivium. E, é membro do Instituto Brasileiro de Filosofia (GONÇALVES, 2009). Um *intelectual orgânico*.

No ano de 2019, alguns meses após a fundação do DPL, o então Ministro colocou alguns dados importantes em entrevista para a Revista Época que merecem ser aqui mencionados. Vélez Rodriguez reside na cidade de Londrina, cidade que obteve mais de oitenta por cento dos votos para Bolsonaro.

De acordo com a afirmação da referida reportagem, segundo Vélez Rodriguez, Londrina é identificada como polo de organização de intelectuais conservadores que obtiveram postos dentro da estrutura administrativa do governo federal. Como por exemplo, Carlos Nadalim, atual secretário de Alfabetização do MEC.

A referida cidade foi uma das primeiras cidades a sediar, já em 2019, reunião do grupo Docentes pela Liberdade (DPL), organizando professores conservadores e liberais de universidades públicas e privadas. Evento que não contou com a participação de Vélez Rodrigues, que atuou por pouco tempo no MEC, sendo demitido já no mês de abril daquele ano.

De acordo com os dados da reportagem da Revista Época o professor Ricardo Costa, liderança de destaque no DPL, afirma que já em 2019, a organização havia realizado reuniões em diversas regiões do país, em mais de trinta cidades, para combater o que eles denominam de “marxismo cultural” e “hegemonia gramsciana”:

De acordo com Costa, houve eventos relacionados ao DPL em mais de 30 cidades, todos com o objetivo de romper a “hegemonia gramsciana”. Os docentes que participam da organização disseram se sentir constrangidos em manifestar sua opinião nas universidades onde lecionam. Isso porque, afirmaram, essas instituições estão dominadas pelo pensamento de esquerda (FERREIRA, 2020 [s/p.]).

Com a saída de Vélez Rodriguez do MEC, foi nomeado em oito de abril de 2019 Abraham Weintraub, também seguidor das ideias de Olavo de Carvalho. Após diversas polêmicas a desastrosa gestão de Weintraub foi encerrada em 2020.

O presidente Jair Bolsonaro nomeou, em 10 de julho de 2020 o terceiro Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Este, é pastor da Igreja Presbiteriana e já era integrante da Comissão de Ética da Presidência.

Em reportagem publica no site UOL do início deste ano 2021 foi destacada na matéria que uma das nomeações do atual Ministro Milton Riberio proporcionou polêmica na comunidade científica e oposição de educadores. Ribeiro, indicou a professora Sandra Lima Vasconcelos Ramos para controlar órgão do ministério responsável pela Coordenação de Materiais Didáticos. A nomeada, segundo a reportagem tem vínculos com o movimento "Escola Sem Partido" e defende a campanha contra a chamada "ideologia de gênero", assim como o criacionismo como conteúdo que deve ser reconhecido e ensinado nos currículos (PACHECO, 2021).

Sandra Ramos e Carlos Nadalim, o atual Secretário de Alfabetização do MEC, também são seguidores de Olavo de Carvalho e defensores de valores voltados a fundamentos de uma perspectiva do que é por eles denominado de “educação cristã”:

Sandra Ramos também se junta à assessora especial de Milton Ribeiro, Inez Borges, cujo histórico de militância na chamada "educação cristã" é conhecido. Em um encontro evangélico de 2017, Inez afirmou que "a pedagogia começou a ser tratada de forma científica, desvinculada da igreja e da família, e, deixando a educação nas mãos do Estado". Inez é profundamente envolvida com a organização 'Visão Nacional para a Consciência Cristã', de orientação conservadora (PACHECO, 2021, [s/p.]).

Entre as ideias defendidas por estes atuais gestores, uma proposta que também tem ressonância com as proposições do DPL é a defesa do chamado homeschooling, o ensino domiciliar. O debate em torno do homeschooling está ligado ao argumento do

“direito das famílias” para uma educação segundo seus próprios valores morais, independentes da influência de educadores contrários ao conservadorismo e liberalismo.

Influenciados segundo as fontes consultadas pela tendência olavista no governo, buscam segundo a reportagem citada “impedir que crianças tenham contato com uma educação plural e crítica e que sejam expostas a uma diversidade que não é tolerada no campo conservador” (PACHECO, 2021, [s/p.]).

O Jornal “Folha” de São Paulo, em 10 de março deste ano deste ano publicou artigo intitulado; “MEC nomeia aliada do Escola Sem Partido para coordenar materiais didáticos”. A publicação é relevante porque apresenta dados e informações que confirmam informações de outras fontes primárias pesquisadas nesta investigação sobre o contexto de emergência do DPL e do debate liberal e conservador dentro das proposições do MEC.

[...] Evangélica e conservadora, Sandra Ramos é pedagoga e professora da UFPI. Ela concorreu à reitoria da instituição no ano passado em chapa alinhada ao governo Bolsonaro, [...] tem um histórico de colaborações com o Escola sem Partido, fez ‘lives’ recentes com um dos fundadores do movimento [Escola sem partido], Miguel Nagib, e assinou artigos em um blog que faz críticas com viés ultraconservador ao material didático e à Base Nacional Comum Curricular. Entre as críticas no texto do blog há a preconização de que a base curricular deveria excluir menções à cultura africana e indígena e questões relacionadas à violação de direitos humanos na ditadura militar (1964-1985). Ainda há a sugestão para incluir comparações da teoria de Charles Darwin com o criacionismo. O texto, do fim de 2018, foi assinado em conjunto por Ramos, pela atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, e pelo professor Orley Silva, que já fez parte da equipe do MEC no governo Bolsonaro. A professora critica frequentemente a chamada “ideologia de gênero”, termo nunca adotado por educadores. Antes mesmo da nomeação já havia no MEC apreensão com a chegada de Sandra Ramos para a coordenação-Geral de Materiais Didáticos. As compras de obras são feitas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), mas é no ministério que são feitas as definições pedagógicas da política. [...] (SALDAÑA. 2021, [s/p.]).

A atuação do Secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalin, também foi mencionada na referida reportagem:

Foi Nadalin quem encabeçou as alterações realizadas no edital do PNLD (Programa Nacional do Livro Didáticos). A nova versão do edital para compra de livros dos anos finais do ensino fundamental retirou menções à agenda da não violência contra mulher, por exemplo, dos critérios de exclusão de obras, o que gerou questionamentos de políticos. [...] Além da equipe de Alfabetização, Nadalin tem se aproximado de assessora especial do MEC, Inez Augusto Borges, religiosa que defende a adoção de princípios bíblicos no ensino. [...] A Folha revelou no início de 2019 que, na gestão do ex-ministro Vélez, houve a supressão, em um edital de livros, de trechos como o compromisso com a agenda da não violência contra as mulheres e a promoção das culturas quilombolas e dos povos do campo. O MEC voltou atrás na ocasião e disse que se tratava de um erro. No mês passado [2020], o edital do PNLD 2022 trouxe as mesmas alterações, o que já havia ocorrido com o

documento relacionado à compra para educação infantil. Também saiu dos critérios de exclusão de obras a necessidade de abordar a temática de gênero igualitária, "inclusive no que diz respeito à homo e transfobia" (SALDAÑA, 2021, [s/p.]).

Com o objetivo de construir um mapeamento dentro do MEC destes *intelectuais* conservadores e liberais atuantes no governo Bolsonaro também devem ser aqui mencionados os nomes Benedito Aguiar Neto, ex-reitor da Universidade Mackenzie, nomeado na gestão Weintraub. Ele foi designado como presidente da Capes, com influência direta no financiamento de pesquisas e eventos acadêmicos.

No Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) foi nomeado mais um militar para setores da administração pública, o coronel da Aeronáutica Alexandre Gomes da Silva foi designado para a diretoria que cuida do Enem ampliando as possibilidades para que condições e subsídios para temas da prova estejam alinhados a perspectiva ideológica do atual governo.

A relação entre os Docentes pela Liberdade e a nova configuração do MEC e outros órgãos do governo Bolsonaro é direta.

Ao pesquisar para este artigo os vídeos e entrevistas do canal do DPL no youtube, analisamos a entrevista intitulada; “Avanço das políticas de alfabetização do Governo Bolsonaro”. O vídeo evidencia os vínculos diretos do DPL com o governo, pois, a entrevista foi realizada com o atual Secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, que concedeu a entrevista para a organização DPL, apresentando dados e programas executados em sua pasta no MEC (DPL, 2020f).

Esta ênfase na reorganização dos materiais didáticos sob uma configuração e viés conservador e liberal também foi confirmada nas fontes primárias consultadas. Por exemplo, ao analisar os artigos disponibilizados no site oficial do DPL a ênfase na discussão sobre materiais didáticos e o Plano Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) foram confirmadas.

No site do DPL um dos líderes da organização, Pedro Z. Caldeira (docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro) apresenta algumas considerações sobre a questão dos materiais didáticos que estão sendo elaborados pelo MEC sob o controle de Bolsonaro.

Pedro Z. Caldeira é apresentado no referido site oficial do DPL como ‘coordenador do grupo de educação’ do movimento:

[...] Qual a avaliação do senhor do trabalho do Ministério da Educação no governo Bolsonaro, na comparação com as gestões do PT? [Resposta:] Todo o arcabouço legislativo referente à educação produzido no Brasil nestes

últimos 24 anos é claramente progressista. E uso essa palavra da forma mais depreciativa possível. Tem um cunho esquerdista e totalitário: as decisões sobre política educacional encontram-se centradas em Brasília e inscritas na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como resultado, foi eleito um presidente com linhas programáticas conservadoras, que tem de respeitar as políticas de Estado aprovadas em um quadro político bem diferente. Alterar essas políticas é uma tarefa quase impossível. [...] No entanto, apesar das barreiras existentes, o MEC apresentou até ao momento duas políticas que poderão alterar radicalmente o cenário educacional brasileiro: o Plano Nacional de Alfabetização e o Edital do PNLD2022, do livro didático para a Educação Infantil [...]. (DPL, 2020g, [s/p.]).

Materiais ideológicos e as publicações do site “Docentes pela Liberdade”: a defesa da educação sob fundamentos conservadores, negacionismos e cientificismo

Na construção da análise de ideias políticas, os denominados *materiais ideológicos* para Gramsci representam um recurso e método para o estudo das *forças ativas na sociedade*.

Temas de cultura. Material ideológico. Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica [...]: isto é. A organização material voltada para manter, e desenvolver a frente teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica desta frente é o setor editorial em geral: editoras (que tem um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo [...]. Tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura [...]. Um tal estudo, feito com seriedade, teria uma certa importância: além de dar um modelo histórico vivo de uma tal estrutura, forma o hábito de cálculo mais cuidadoso e exato das forças ativas na sociedade (GRAMSCI, 2004, p. 78-79).

No exercício de mapeamento e análise das fontes primárias, ao investigar os conteúdos do site do DPL destacaram-se alguns artigos, que são *materiais ideológicos* para uma análise dos pressupostos defendidos pela organização.

Nesse sentido são referenciadas nesta seção fontes primárias que abordam três temas. Primeiro a concepção de educação defendida pelo DPL, na sequência um caso em específico, relatando a atuação de integrantes da organização relativa ao debate sobre aquecimento global e mudanças climáticas. Por fim, algumas referências a um tema relevante no atual momento em âmbito nacional e internacional; a pandemia do COVID e a visão defendida pelo DPL e seus líderes a respeito do tema.

São breves referências que tem, em específico a intenção de comprovar a visão cientificista defendida por esta organização. No site do DPL entre os textos disponibilizados pela organização pode se observar seus valores e concepções sobre temas como educação, política e ideologia.

Em; “Por uma educação antirrevolucionária” (PEREIRA, 2020, [s/p.]), o texto tem como tônica a crítica ao sistema educacional brasileiro e o suposto controle do sistema educacional por professores de esquerda.

O argumento do texto “Por uma educação antirrevolucionária” é que o sistema educacional brasileiro é “péssimo caro e ineficiente”, destacando o autor que nos últimos governos do PT os índices foram “ainda piores”. A falência no sistema educacional é explicada Como consequência da suposta influência exercida por professores motivados pelo marxismo, explicitados na afirmativa generalizante “a esquerda destruiu a educação”, as afirmativas do texto são irracionistas, como o trecho onde se lê; “Portanto, podemos afirmar que o moderno sistema de ensino é uma das manifestações do pensamento revolucionário”. Abaixo são referenciados trechos do artigo:

Arrisco-me a dizer que os péssimos resultados de nosso sistema de ensino devem-se ao movimento devastador que se infiltrou na educação, o pensamento revolucionário junto com seu derivado, o marxismo. Como afirma Mateus Menezes Nascimento: (Por uma educação mais conservadora), “Infelizmente, a esquerda conseguiu destruir nossa educação. Retiraram a autoridade e desvalorizaram a boa figura que o docente tinha no passado. A violência escolar domina a maior parte dos colégios brasileiros. Os docentes são obrigados pelo sistema educacional marxista a conviver com a cultura da impunidade dos alunos portadores de graves transtornos de conduta, que não deviam frequentar a rede regular de ensino”.

Portanto, podemos afirmar que o moderno sistema de ensino é uma das manifestações do pensamento revolucionário. Ele pode ser visto como uma das estratégias de um amplo projeto que busca a construção de uma nova sociedade fundada no discurso da igualdade política, econômica e social. O objetivo central da educação seria formar um cidadão com consciência crítica, leia-se, revolucionária. “Quanto mais o homem refletir sobre a realidade, sobre a sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (FREIRE, 1980: 25). Cada passo dado em direção ao ideal revolucionário, a sociedade recebia em troca, a indisciplina dos estudantes, a desintegração da autoridade do professor, o solapamento de instituições, como a família, a igreja e a própria individualidade; junto com o abandono das consagradas práticas pedagógicas que formaram o mundo como conhecemos (PEREIRA, 2020, [s/p.]).

A educação antirrevolucionária é apresentada pelo autor do texto em análise, sobretudo, como uma educação de apologia ao capitalismo, gerenciada preferencialmente pela iniciativa privada e por modelos de gestão de sistemas educacionais que reproduzem experiências orientadas por uma lógica empresarial.

Como os modelos de financiamento Charter e Voucher (repasse de recursos públicos a instituições privadas) e a defesa de “alternativas” para políticas de descentralização das instituições públicas (“fim do monopólio do MEC na certificação de escolas e professores”). Nesta defesa da “liberdade” para as políticas educacionais, os

Docentes pela Liberdade” defendem modelos como o ensino doméstico ou domiciliar, o denominado *homeschooling*:

Por sua vez, os defensores da educação clássica ou antirrevolucionária (incluindo aqui conservadores, liberais e libertários) são ardorosos defensores e propagandistas do ensino domiciliar, de alternativas ao monopólio do MEC na certificação de escolas e professores; além de propor alternativas de financiamento para a educação dos mais pobres como a poupança educacional, as escolas *Charter* e o *Voucher*. Além de tudo isso, alguns conservadores são extremamente contrários ao ensino compulsório. A premissa que rege esta postura é a crença que os indivíduos precisam agir de forma responsável e arcar com as consequências de suas escolhas (PEREIRA, 2020, [s/p.]).

Numa proposição muito semelhante do movimento “Escola Sem Partido”, como já apontado, o DPL é marcado por um elemento fundamental enquanto portador de uma ideologia de extrema direita; o anticomunismo. Um anticomunismo generalizante e irracionalista que coloca instrumentaliza uma retórica débil onde “progresso, ciência, razão” são entendidos como elementos negativos:

Outra premissa da educação revolucionária é o progressismo. Visto como se fosse uma escada rolante interminável, surge com a proposta de construir um ser humano autônomo, governado pela Razão e pela Ciência. Firmando-se na antropologia ingênua de Rousseau (bondade inerente do homem), na perspectiva de transformação social de Marx (luta de classes e estabelecimento da ditadura do proletariado), no socioconstrutivismo de Piaget e Vygotsky (ensinar não é transferir conhecimento) e na pedagogia de Paulo Freire (obrigação do educador transmitir seus posicionamentos e valores políticos na educação), a educação revolucionária confia que uma nova sociedade irá emergir por meio da escola (PEREIRA, 2020, [s/p.]).

O referido artigo “Por uma educação antirrevolucionária” do site do DPL aqui citado é finalizado com a defesa de uma perspectiva de “educação” pensada como reação as ideias de progresso e ciência, na defesa do princípio conservador sintetizado na afirmativa; “olhar para trás a fim de ir em frente:

Portanto, temos diante de nós, a inadiável tarefa de (re)construir uma educação antirrevolucionária. Resgatar o grande patrimônio educacional da civilização ocidental, sintetizada nas artes liberais (o *trivium*: gramática, retórica e dialética, e o *quadrivium*: aritmética, geometria, astronomia e música) e valorizar o cultivo das virtudes e sabedoria da alma. Desafiando os grilhões pragmáticos da educação moderna, ávida pelo que é popular, corrente, em vez do que é necessário para ensinar e aprender, o teólogo James Packer, falando sobre educação cristã, apresenta um princípio que pode ser aplicado em nosso debate. Ele diz que precisamos “olhar para trás a fim de ir em frente” (PEREIRA, 2020, [s/p.]).

A defesa do negacionismo a respeito do aquecimento global foi também um tema observado nas fontes primárias levantadas para uma melhor compreensão da atuação e valores defendidos pelo DPL. A referida organização apresenta relações e vínculos com grupos empresariais. Revelando mais este importante elemento de sua função social. A

universidade pública colocada a serviço das empresas privadas. Como o caso ocorrido na UFMT sugere.

A Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMT) publicou uma nota de repúdio em outubro de 2019 em relação ao envolvimento de docentes daquela instituição vinculados ao DPL no caso de um evento realizado onde se discutiu o tema do aquecimento global. A nota relata a defesa do sindicato a dois docentes que participaram do evento e foram expulsos do local porque buscaram participar da palestra com envio de perguntas - que foram censuradas.

O acontecimento traz indícios dos vínculos entre representantes do DPL e grupos empresariais do estado Mato Grosso, um dos maiores exportadoras mundiais de *commodities*, como soja, entre outros gêneros alimentícios.

A referida palestra foi proferida, segundo a nota da ADUFMT pelo climatologista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Felício na “Semana de Agronomia da UFMT”. Entretanto, o evento foi também parte da programação do evento denominado “Circuito Universitário” patrocinado pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA-MT). Segundo a nota do sindicato, o evento estava sendo realizado pelo sexto ano consecutivo, financiado pela APROSOJA- MT, e teve palestras não somente na UFMT, mas, em outras cidades e instituições de ensino superior de Mato Grosso. O referido evento daquele ano tinha o título; “Aquecimento Global: mito ou realidade?”.

Uma docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), integrante do recém-nascido Docentes Pela Liberdade (DPL), causou um verdadeiro “climão” num debate sobre aquecimento global realizado na instituição na semana passada. Dois professores pesquisadores foram expulsos da palestra do climatologista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Felício, simplesmente porque demonstraram interesse em fazer perguntas ao final do evento. [...] O caso, que parece isolado, ressaltou uma discussão acerca do perfil dos conservadores de direita que integram o DPL. Os docentes pela liberdade defendem uma liberdade parcial, restrita. Uma liberdade de mercado, reservada a indivíduos que podem pagar ou comprar o que querem. Assim, questionamentos, pontos de vistas diferenciados, pensar o coletivo antes do individual são perspectivas que não cabem. Em julho deste ano quando o DPL foi lançado em Mato Grosso, alguns membros do grupo apareceram na foto oficial posicionando as mãos como se fossem armas. A apologia à violência gerou mais polêmica do que o anúncio da associação em si, pois os grupos liberais conservadores de direita mobilizam não só cursos e pesquisas com sua perspectiva ideológica, mas até grupos cristãos de orações dentro da universidade – que, em tese, é laica. [...]. Os docentes expulsos destacaram que Ricardo Felício faz parte de uma minoria científica chamada “negacionistas climáticos”. Notadamente financiados por grandes grupos econômicos, esses pesquisadores ganham muito dinheiro para contrapor a grande maioria de cientistas, que alerta para as transformações climáticas causadas pela exploração desenfreada do meio ambiente pelos seres humanos (ADUFMAT, 2019, [s/p.]).

Outros artigos observados no link “Publicações” do site do DPL abordam um tema candente e trágico. A atual epidemia do Coronavírus. Para o espanto da comunidade científica, tratando-se de uma associação de professores universitários, cientistas e educadores, os textos defendem o uso da cloroquina.

A inserção das referências destes textos foi protelada na análise e citação dos materiais disponibilizados no site do DPL, seja pelo nível argumentativo débil de seus fundamentos e pelo caráter anticientífico dos seus conteúdos. Mas, tratando-se de textos, e vídeos publicizados no site oficial da organização e pelo seu fundador e líder, o professor da UNB, Marcelo Hermes, diante da gravidade da situação desta crise sanitária, foram inseridas referências de artigos em nota evidenciando o caráter deplorável do DPL e de seus integrantes.

Se no início da pandemia, em março de 2020, esta era uma discussão ainda polêmica, como por exemplo nos debates sobre a eficácia do uso do medicamento cloroquina e isolamento social, e, ainda eram acontecimentos e medidas que se apresentavam como um novo cenário que dividia opiniões, entretanto, após um ano e meio de pandemia e quase meio milhão de óbitos no Brasil, é estarrecedor que o site do DPL mantenha artigos e vídeos que sugere a eficácia da cloroquina como tratamento.

Este posicionamento negacionista e anticientífico pode ser comprovado com acesso a um vídeo postado por Marcelo Hermes em seis de abril de 2020. O conteúdo é absurdo e merece ser aqui descrito:

A descoberta do Dr. Didier Raoult, da França, que demonstrou que de fato a cloroquina tem efeito em eliminar o vírus. Ou seja, existe uma cura, um antídoto para esta crise toda. Então o que acontece. A esquerda tomou o lado do vírus, a esquerda quer que o vírus detenha a economia. Agora é claro, se um esquerdista estiver doente ele vai atrás da hidroxicloroquina que ele sabe que funciona. [...] Se o povo souber que a hidroxicloroquina funciona ele vai exigir dos governantes o remédio. [...] O presidente Jair Bolsonaro já vem falando sobre a hidroxicloroquina e o Docentes pela Liberdade já vem trabalhando esta causa. Então a esquerda faz de tudo para que o antídoto anticrise não funcione [...] (DPL, 2020h, [s/p.]).

Evidenciando o caráter científicista dos conteúdos divulgados pela organização, e, principalmente, o alinhamento do DPL com o governo Bolsonaro, mesmo em temas pontuais e polêmicos como a questão do COVID, foram sistematizadas aqui mais referências de artigos disponibilizados no site DPL que podem auxiliar na identificação

e acesso a estes conteúdos. Assim, estas referências as fontes primárias sobre este tema, confirmam que o DPL é uma entidade a ser combatida.⁵

Foram referenciados neste artigo temas analisados no site do DPL, entrevistas com seus fundadores e reportagens jornalísticas sobre sua fundação. O intento foi evidenciar as concepções ideológicas desta organização, dados sobre sua organização e valores defendidos, através de seus próprios materiais, divulgados em seus canais de comunicação, redes sociais e na imprensa.

A questão da visão conservadora de educação, do apoio a intervenção de Bolsonaro nas disputas das reitorais de universidades federais, a questão do negacionismo climáticos, e, até o debate negacionista sobre a crise da pandemia do COVID foram temas abordados nesta sessão buscando apontar elementos de caráter cientificistas, antidemocráticos e reacionários que comprovam as concepções dos DPL enquanto grupo de reação na conjuntura de crise do Brasil sob o governo Bolsonaro.

DPL como aparelho de hegemonia na conjuntura política recente: opinião pública, materiais ideológicos e consensos à direita

DPL é uma associação política e um organismo privado que tem com atribuição de colaborar para o exercício da *hegemonia* da coalizão no poder, ele está ligado a articulação estatal, pois é, segundo a interpretação fundamentada em perspectiva gramsciana de *aparelho hegemônico* uma; “sociedade particular, formalmente privada, mas, está atrelada ao aparelho governamental-coercitivo, numa relação de busca de condições para o exercício da força e do “consenso” (LIGUORI, 2017, p. 45).

Com funções organizativas e diretivas os aparelhos privados de hegemonia são o instrumento entre o Estado e a sociedade civil para introduzir ou firmar valores, ideias e princípios que sustentam a hegemonia política nas frações de classe, quem buscam, ou, detém o poder do aparato do Estado.

O verbete *aparelho hegemônico* é oportuno para a fundamentação categorial mais clara, dentro da perspectiva gramsciana como fundamento teórico-metodológico. Segundo Liguori (2017, p. 45), seguindo as indicações do Caderno 10, § 12:

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem

⁵ Artigos do site do DPL no link Publicações: DAYAN, 2020a; DAYAN, 2020b; DAYAN, 2020c; ANTIPOLIS, 2020; ENGELBRECHT, T; DEMETER, 2020.

crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme uma nova concepção de mundo, termina-se por introduzir também essa concepção, ou seja, determina-se uma completa reforma filosófica. Aqui aparelho hegemônico e ideologia estão explicitamente ligados. Um aparelho serve para criar um “novo terreno ideológico”, para afirmar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo.

A organização política de direita autodenominada “Docentes pela Liberdade” apresenta potencial capacidade de divulgação de ideias que podem exercer influência nos aspectos de mobilização e organização, atuando como um de grupo de pressão, exercendo influência na imprensa e nos meios de comunicação. E, também recrutando e organizando apoiadores e ativistas dentro das instituições de educação pesquisa. Como foi argumentado neste artigo.

Uma organização que alinha professores e pesquisadores que servem de grupo de apoio ao governo legitimando as relações de poder existentes na presente conjuntura de crise no Brasil contemporâneo.

A educação, portanto, tem uma dimensão política por fazer parte do processo de organização social e de formação do comportamento de acordo com os objetivos e finalidades do projeto econômico e social em curso, entendendo-se política em sentido amplo, a partir da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Neste contexto, a educação pode se apresentar como um dos mecanismos de assimilação das relações de poder vigentes e de consolidação das formas de domínio (SCHLESENER, 2016, p. 158).

As fontes primárias aqui referenciadas sugerem principalmente que a fundação do DPL foi articulada por militares e civis governistas, aliados diretamente a agenda política que Bolsonaro busca aprofundar.

A organização DPL pode ser entendida como um aparelho de intelectuais conservadores, liberais e alinhados ao bolsonarismo e sua existência social é voltada a persuasão, para a aplicação de novos consensos, dentro das instituições universitárias e de pesquisa, a respeito da relação universidade e sociedade numa valoração liberal e conservadora.

Nesta agenda política, o DPL reproduz os interesses das políticas de Bolsonaro. Oposição a autores e teorias considerados de esquerda, denominados pejorativamente de “marxismo cultural”, numa clara tradição anticomunista que busca reproduzir instrumentos de censura dentro do debate acadêmicos e dos conteúdos curriculares.

Fazem alusão a concepção cientificista de um “ensino neutro”. Entretanto seu horizonte ético e político, em perspectiva de base filosófica e histórica é uma apologia ao campo conservador e liberal com concepções que naturalizam uma lógica da universidade e sociedade sob viés capitalista. Contrariando a concepção de políticas públicas e da educação plural como direito constitucional, em defesa de um modelo de

mercantilização e censura como critério para gestão das instituições de ensino e pesquisa no Brasil contemporâneo.

A relação entre educação e hegemonia política no debate sobre a defesa de um suposto “ensino “neutro” como um postulado de valor que busca forjar um “consenso conservador” é apontado por Anita Schlesener (2016, p. 164):

Tendo como pressuposto a historicidade do pensamento, toda verdade que se acredita eterna e absoluta apresenta-se como um mito a ser desmistificado. No movimento histórico, todo pensamento tem origens práticas e expressa um valor provisório. Isso é importante no desenvolvimento de uma teoria pedagógica e no processo de aprendizagem, para não se cair em doutrinação, como acusam os conservadores sem perceber que, eles próprios, no momento em que afirmam a verdade absoluta de sua posição, estão sendo doutrinadores.

Entre suas finalidades consta o exercício de busca por influência na opinião pública, e, em espaços administrativos do governo federal, e instituições de ensino da Educação Superior e da Educação Básica.

A opinião pública é, “o ponto de encontro entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força”, e por isso está duplamente ligada a hegemonia política. De fato, quando o Estado quer iniciar uma ação pouco popular deve primeiro criar uma opinião pública adequada, ou seja, organizar e centralizar elementos da sociedade civil. [...] Elemento essencial é o controle da opinião pública voltado para o monopólio dos órgãos da mesma, uma vez que, sendo ela ligada à vontade política pública, poderia desta discordar; em consequência, se desencadeia a luta para controlar, jornais, partidos, parlamento “de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional [...]” (LA PORTA, 2017, p. 585).

O entendimento da categoria de *aparelho hegemônico* no seu amplo espectro de significados em diferentes passagens e períodos da elaboração dos Cadernos de Gramsci deve ser articulado ao conceito de *consenso*. Segundo Lélío La Porta (2017, p. 143) no verbete *Consenso*: “Em seu uso, Gramsci flutua entre um consenso espontâneo e um consenso buscado e obtido pelo Estado, pelas instituições, que pode ser ativo e direto ou passivo e indireto”. Ele complementa que

o consenso é ativo quando os governados participam da vida do organismo estatal em cuja condução a governos aceitos por aqueles. O consenso é passivo quando os governados subscrevem com atos formalmente democráticos (o sufrágio) a aceitação daqueles que os guiam e que, por isso, numa perspectiva de democracia formal, tendencialmente os dominam. Existe depois uma terceira forma de consenso, aquele espontâneo “que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção. A gestão do consenso espontâneo é considerada por Gramsci uma função subalterna de hegemonia social e de governo político confiada aos intelectuais como “prepostos” do grupo dominante. É seu dever também cuidar do funcionamento “do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina daqueles grupos que não ‘consentem’ nem ativa, nem passivamente, mas é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise de comando e de direção nos quais o consenso espontâneo desaparece [...]” (LA PORTA, 2017, p. 143).

Como afirmado no início deste artigo, o DPL busca atuar no campo da cultura e desenvolver condições para reforma administrativa e curricular no âmbito do Ministério da Educação e das instituições de ensino, fundamentada num *consenso* conservador, liberal e antidemocrático.

Considerações finais

Os DPL são aqui entendidos como instrumentos da reação bolsonarista, como dispositivo nas relações de força para concretização de pretensões a hegemonia política.

Aparelhos hegemônicos e intelectuais estão sendo organizados por intermédio deste governo e de forças de segurança a ele alinhados, como foi apontado na análise de fontes primárias que trazem informações de que o DPL foi uma iniciativa do governo para uma *guerra de posição* dentro de instituições de ensino e pesquisa.

Como afirmou o próprio fundador do DPL em entrevista já citada no início deste artigo:

[...] em 2018, foi convidado a prestar consultoria para a equipe de campanha do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL). “Comecei a participar de reuniões com o general Souto”, ele explica, fazendo referência ao autor do plano de campanha para a área de educação, o general da reserva Aléssio Ribeiro Souto. “Ele me dava missões difíceis, queria um panorama das universidades brasileiras, do financiamento, dos alunos, dos professores. Comecei a chamar amigos para ajudar na pesquisa. Se não fosse o general Souto, esse grupo não teria nascido” (CORDEIRO, 2019, [s/p.]).

A finalidade do DPL é de colaboração para uma reforma administrativa nas instituições de ensino e pesquisa, exercendo também influências de caráter revisionista e cientificista nas reformas curriculares e na reposição de materiais didáticos (PNLD) voltadas aos interesses e valores que fazem parte da agenda política liberal e conservadora daqueles estão hoje no poder.

Como afirmou a pesquisadora Anita Schlesener a relação entre educação e hegemonia numa perspectiva conservadora cumpre a função social de ocultar as contradições do real e as ideologias que permeiam as disputas e concepções de sociedade:

[...] O discurso “politicamente correto”, traduz-se em uma forma de censura, que se torna, no curso do tempo, autocensura, ou seja, valores e princípios que se escondem em conceitos são assimilados formando o senso comum e ocultando as contradições do real” (SCHLESENER, 2016, p.165).

Os elementos de caráter conservador e liberal divulgados pelos ativistas do DPL confirmam sua identidade ideológica como um grupo de apoio alinhados a agenda

política de Bolsonaro para a educação. Estas afirmações foram possíveis de serem sistematizados através de fontes primárias, entendidas aqui em perspectiva teórica metodológica como *materiais ideológicos* (GRAMSCI, 2004).

A análise dos *materiais ideológicos* do DPL, apresentaram-se como recurso e fonte primária para um melhor entendimento sobre a função social desta organização, sobre o que defende este novo grupo que emergiu no contexto de crise política, e, proporcionam ressonância para suas ideias de ideias reacionárias e cientificistas.

Sobretudo entender como surgiu, como se organiza e quais seus propósitos, assim como, quais são os fundamentos ideológicos, são caminhos para a identificação de como pensam seus integrantes e as bandeiras que defendem em seus locais de atuação profissional. Estas informações podem servir como dados para identificação e a contraposição aos membros do DPL. Pois, são inimigos da Universidade Pública e de políticas para educação e ciência respaldadas em pressupostos científicos e democráticos.

TEACHERS FOR FREEDOM (DPL): EDUCATION AND POLICIES ON THE RIGHT FOR A LIBERAL AND CONSERVATIVE CONSENSUS IN BRAZIL UNDER THE BOLSONARO GOVERNMENT

Abstract: The Teachers for Freedom (DPL) are an instrument in the struggle for new consensus and for the construction of conditions for the hegemony of Jair Bolsonaro's government. The foundation of this organization and the performance of its intellectuals are new elements in the sad scenario of the Brazilian political situation. The DPL is an instrument for mobilizing staff in support of the federal government and for the formation of a public opinion aligned with Bolsonaro's proposals for public policies for education. The evidence studied in this research suggests that it is an organization created at the initiative of the military and civilians, linked to the current federal government. In addition, it was structured to act and collaborate in the development of conditions for an administrative and curricular reform within the scope of the Ministry of Education and educational institutions, based on a conservative, liberal and anti-democratic perspective. The article aims to understand the purposes of the organization, the performance and the ideology of the DPL. Articulating in the context of political science the analysis of primary sources with categorical foundations by A. Gramsci. The results achieved in this investigation point to elements of the characterization of the DPL's political agenda and the social function it seeks to play in the current situation, to the detriment of scientific and democratic assumptions, in education and research institutions in Brazil.

Keywords: Teachers for Freedom. Bolsonaro. Brazil. Contemporary politics. Gramsci.

MAESTROS POR LA LIBERTAD (DPL): EDUCACIÓN Y POLÍTICAS DE DERECHA PARA UN CONSENSO LIBERAL Y CONSERVADOR EN BRASIL BAJO EL GOBIERNO DE BOLSONARO

Resumen: Los Maestros por la Libertad (DPL) son un instrumento en la lucha por nuevos consensos y por la construcción de condiciones para la hegemonía del gobierno de Jair Bolsonaro. La fundación de esta organización y la actuación de sus intelectuales son elementos nuevos en el triste escenario de la situación política brasileña. El DPL es un instrumento para movilizar personal en apoyo del gobierno federal y para la formación de una opinión pública alineada con las propuestas de Bolsonaro de políticas públicas para la educación. La evidencia estudiada en esta investigación sugiere que se trata de una organización creada por iniciativa de militares y civiles, vinculada al actual gobierno federal. Y, se estructuró para actuar y colaborar en el desarrollo de las condiciones para una reforma administrativa y curricular en el ámbito del Ministerio de Educación y las instituciones educativas, con una perspectiva conservadora, liberal y antidemocrática. El artículo tiene como objetivo comprender los propósitos de la organización, el desempeño y la ideología de la DPL. Articular en el contexto de la ciencia política el análisis de fuentes primarias con fundamento categórico por A. Gramsci. Los resultados alcanzados en esta investigación apuntan a elementos de la caracterización de la agenda política de la DPL y la función social que busca desempeñar en la situación actual, en detrimento de los supuestos científicos y democráticos, en las instituciones de educación e investigación en Brasil.

Palabras-clave: Maestros por la Libertad. Bolsonaro. Brasil. Política contemporánea. Gramsci.

Referências**Fontes documentais**

ADUFMAT. **Climão. Docente pela Liberdade censura debate sobre aquecimento global na UFMT.** 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/4203-climao-docente-pela-liberdade-censura-debate-sobre-aquecimento-global-na-ufmt>. Acessado em: 12 mar. 2021.

ANDES. **Comunidade acadêmica da UFGD protesta contra nova intervenção na Universidade.** 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/comunidade-academica-da-uFGD-protesta-contra-nova-intervencao-na-universidade1>. Acessado em: 13 mar. 2021.

ANDES. **Cerca de 20 instituições federais de ensino estão sob intervenção no país. 21 de janeiro de 2021.** 01 jan. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cerca-de-20-instituicoes-federais-de-ensino-estao-sob-intervencao-no-pais1>. Acessado em: 12 mar. 2021.

ANTIPOLIS, S. Estudo identifica segurança arritmica de hidroxicloroquina em pacientes com COVID -19 em diferentes contextos clínicos. **Docentes Pela Liberdade**, 25 set. 2020. Disponível em: <https://dpl.org.br/news/estudo-identifica-seguranca-arritmica-de-hidroxicloroquina-em-pacientes-com-covid-19-em-diferentes-contextos-clinicos/>. Acessado em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

CORDEIRO, T. Perseguidos pela esquerda, professores criam associação para defender a liberdade no ensino. **Gazeta do Povo**. 09 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/perseguidos-pela-esquerda-professores-se-unem-pela-liberdade-no-ensino/> Data de acesso: 18 de março de 2020.

DAYAN, P. Dr. Jayanta Bhattacharya especialista crítico do lockdown: o rastreamento é infinito e inútil. **Docentes Pela Liberdade**, 18 out. 2020. Disponível em: <https://dpl.org.br/news/dr-jayanta-bhattacharya-especialista-critico-do-lockdown-o-rastreamento-e-infinito-e-inutil/>. Acessado em: 15 mar. 2021.

_____. Pandemia de fraudes e crimes contra a humanidade. **Docentes Pela Liberdade**, 15 out. 2020. Disponível em: <https://dpl.org.br/news/pandemia-de-fraudes-e-crimes-contra-a-humanidade/>. Acessado em: 15 mar. 2021.

_____. Carta aberta aos médicos e profissionais de saúde da Bélgica. **Docentes Pela Liberdade**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://dpl.org.br/news/carta-aberta-de-medicos-e-profissionais-de-saude-da-belgica/>. Acessado em: 15 mar. 2021.

DPL. **Quem somos**. Docentes Pela Liberdade, 2020a. Disponível em: <https://dpl.org.br/institucional/quemsomos/>. Acessado em: 16 mar. 2021.

_____. **Diretoria Nacional**. Docentes Pela Liberdade, 2020b. Disponível em: <https://dpl.org.br/>. Acessado em: 16 mar. 2021.

_____. **Formulário de admissão**. Docentes Pela Liberdade, 2020c. Disponível em: <https://dpl.org.br/>. Acessado em: 16 mar. 2021.

_____. **Estatuto**. Docentes Pela Liberdade, 2020d. Disponível em: <https://dpl.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Estatuto-DPL-Registrado-2019-10-18.pdf>. Acessado em: 17 mar. 2021.

_____. **Nossa identidade**. Docentes Pela Liberdade, 2020e. Disponível em: <https://dpl.org.br/>. Acessado em: 16 mar. 2021.

_____. Avanços das políticas de alfabetização do Governo Bolsonaro **Youtube**. 09 de dezembro de 2020f. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLe0yA75mO4&t=4733s>. Acessado em: 13 mar. 2021.

_____. **A educação brasileira foi definida pelo arcabouço legislativo claramente progressista nos últimos 24 anos**. Entrevista com Pedro Z. Caldeira. 27 de setembro de 2020g. Disponível em: <https://dpl.org.br/news/a-educacao-brasileira-foi-definida-pelo-arcabouco-legislativo-claramente-progressista-dos-ultimos-24-anos/>. Acessado em: 14 mar. 2021.

_____. O presidente do DPL, professor Marcelo Hermes explica o porquê da esquerda odiar a hidroxicloroquina mesmo sabendo que ela tem o efeito de eliminar o vírus da Covid 19. **Twitter**, 06 abr. 2020h. Disponível em: <https://twitter.com/dplnacional/status/1247325826418425858>. Acessado em: 13 mar. 2021.

ENGELBRECHT, T; DEMETER, K. Os testes de PCR para covid 19 são cientificamente insignificantes. **Docentes pela Liberdade**, 27 jun., 2020. Disponível em: <https://dpl.org.br/news/testes-rt-pcr-para-covid-19-sao-cientificamente-insignificantes/>. Acessado em: 15 mar. 2021.

FERREIRA, P. “Eu me desvinculei e não quero nem saber”, diz ex-ministro Vélaz Rodríguez sobre educação. **Época**, 06 de julho de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/eu-me-desvinculei-nao-querer-nem-saber-diz-ex-ministro-velez-rodriguez-sobre-educacao-23788233>. Acessado em: 18 mar. 2020.

NASCIMENTO, Matheus M. Por uma educação mais conservadora. **Instituto Liberal**, 27 set. 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/por-uma-educacao-mais-conservadora/>. Acessado em: 17 mar. 2021.

PACHECO, R. Nomeações no Ministério da Educação forjam projeto teocrático no Brasil **UOL**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2021/03/17/ministerio-da-educacao.htm?fbclid=IwAR1-sHO8UJEmJzFfHET0E5hW-Acjga43pkbBEYLrz5umCgeyJbWcD1w3bs8>. Acessado em: 18 mar.2020.

PEREIRA Jr, Isaias L. Por uma educação antirrevolucionária. **Docentes pela Liberdade**, 01 ago. 2020. Disponível em: <https://dpl.org.br/blog/por-uma-educacao-antirrevolucionaria/>. Acessado em: 17 mar. 2021.

RODRIGUES, M. G1. Globo. Bolsonaro escolhe último nome da lista tríplice como reitor da Universidade do Recôncavo Baiano. **G1. Globo**. 01 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/08/01/bolsonaro-escolhe-ultimo-nome-da-lista-triplice-como-reitor-da-universidade-federal-do-reconcavo-baiano.ghtml>. Acessado em: 13 mar. 2021.

SALDAÑA, P. MEC nomeia aliada do Escola sem Partido para coordenar materiais didáticos. **Folha de São Paulo**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/mec-nomeia-aliada-do-escola-sem-partido-para-coordenar-materiais-didaticos.shtml>. Acessado em: 11 mar. 2021.

Bibliografia

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. "Escola Sem Partido": ativismo político liberal-conservador, *think tanks* e "grupos de pressão" à direita, no Brasil sob o governo Bolsonaro. In: MENDONÇA, S. (et al) **(De)formação na escola: desvios e desafios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

CICCARELLI, R. Guerra de posição. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 223-234, ago. 2020.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos **História fetichista**: o aparelho de hegemonia filosófico. Instituto Brasileiro de Filosofia / Convivium (1964-1985). Marechal Cândido Rondon: (Dissertação Mestrado em História) Unioeste, 2009.180p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LELIO La Porta. Opinião Pública. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Consenso. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIGUORI, G. Aparelho Hegemônico. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.) **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

HOELEVER, Rejane C. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 145-159, ago./Dez, 2019.

SCHLESENER, Anita H. A educação no contexto da hegemonia, da ideologia e da linguagem. In: **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SOBRE O AUTOR

Jefferson Rodrigues Barbosa é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); docente da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências FFC, Professor C. Política Contemporânea.

Recebido em 17/04/2021

Aceito em 21/06/2021